



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

POLÍTICA EDUCACIONAL
1989/92



PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

ans Aug
Nota 1,02
90

PREFEITA DA CIDADE DO NATAL
SECRETARIA DE EDUCACAO

Prof. Maria da Rosário da Silva Cabral
PREFEITA

Prof. Maria do Rosário da Silva Cabral
SECRETARIA DE EDUCACAO

Prof. Anan Fernandes Pimenta
CHEFE DE GABINETE

Handwritten notes and a signature in pencil. The signature is enclosed in a large circle. To the right, the name "John Smith" is written. Below the signature, the date "Oct 10 1890" is written. To the left of the date, there is a vertical list of numbers: 20, 50, and 80, separated by horizontal lines.

PREFEITURA DA CIDADE DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Profª Wilma Maria de Faria Maia
PREFEITA

Profª Maria do Rosário da Silva Cabral
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Prof. Omar Fernandes Pimenta
CHEFE DE GABINETE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA DA CIDADE DE NITERÓI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA DA CIDADE DE NITERÓI

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA DA CIDADE DE NITERÓI

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA DA CIDADE DE NITERÓI

TITULARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- José Medeiros da Silva
ASSESSORIA TÉCNICA
- Zilca Maria de Macêdo Pascoal
UNIDADE SETORIAL DE PLANEJAMENTO
- Magda Botelho Medeiros Alff
UNIDADE SETORIAL DE FINANÇAS
- Sebastiana Dalva Dantas Gondim
UNIDADE SETORIAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
- Maria Magnólia Ferreira Machado
COORDENADORIA DE ENSINO
- Maria Neylde de Araújo C. Cardoso
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO
- Maria de Lourdes Costa
COORDENADORIA DE ATIVIDADES CULTURAIS
- Maria José Gadelha
SUBCOORDENADORIA DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA
E EDUCACIONAL
- Maria Auxiliadora da Cunha Albano
SUBCOORDENADORIA DE INSPEÇÃO ESCOLAR
- Evândalo Emanuel de Macedo
SUBCOORDENADORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

TITULARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

SECRETARIO

- José Roberto da Silva
ASSESSORIA TECNICA
- Tarcis Maria de Macedo Passos
UNIDADE SETORIAL DE PLANEJAMENTO
- Maria Betânia Medeiros Afil
UNIDADE SETORIAL DE FINANÇAS
- Seleniana Delys Lamas Gondim
UNIDADE SETORIAL DE ADMINISTRACAO GERAL
- Maria Regina Ferraz Machado
COORDENADORIA DE EXISTO
- Maria Inez de Araujo D. Cardoso
COORDENADORIA DE ASSISTENCIA AO EDUCANDO
- Maria de Lourdes Costa
COORDENADORIA DE ATIVIDADES CULTURAS
- Maria José Galvão
SECRETARIA GERAL DE ORIENTACAO PEDAGOGICA
E COM. ACADEMICA
- Maria Auxiliadora da Cruz Afonso
SUBCOORDENADORIA DE INSERCAO ESCOLAR
- Evênia Estrela de Macedo
SUBCOORDENADORIA DE EDUCACAO FISICA

ELABORAÇÃO

A Política Educacional para o Município de Natal é o resultado de um trabalho conjunto, do qual participaram: ESCOLAS, COMUNIDADE E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, sendo sua redação final de responsabilidade desta Secretaria.

REVISÃO

Francisca Freire da Costa

DATILOGRAFIA

Maria Elizete de Lima

MECANOGRAFIA

Ubirajara dos Passos

CAPA

João David

SUMÁRIO

"Não é suficiente que a escola tenha uma boa didática, bons professores e bons livros. Tenho a impressão que essa difusão da cultura em escala mundial se assemelha muito à distribuição de víveres em países não desenvolvidos. Não se trata de distribuir, trata-se de dar condições de produzir. Essa é a questão. Se existir alguém mais capaz que eu para criar uma nova escola, que o faça. Mas não será jamais um, seremos todos juntos, pouco a pouco, através da experimentação e do erro".

MANACORDA

"Não é suficiente que a escola tenha
uma boa didática, bons professores e bons livros.
Tenho a impressão que essa difusão da cultura em
escala mundial se assemelha muito à distribuição
de víveres em países não desenvolvidos. Não se tra-
ta de distribuir, trata-se de dar condições de pro-
duzir. Essa é a questão. Se existir alguém
capaz que eu não criar uma nova escola, que o fa-
ça. Mas não será jamais um, seremos todos juntos,
pouco a pouco, através da experimentação e do ex-

10

MINACORIN

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Educação no Contexto da Sociedade Brasileira

1.2. A Educação Escolar no Contexto Municipal

1.3. Concepções

1.3.1. Educação

1.3.2. Homem

1.3.3. Cultura

1.3.4. Escola

1.3.5. Currículo

2. DIRETRIZES

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

APRESENTAÇÃO

A proposta de construção de uma política educacional para a rede municipal de ensino da **Prefeitura de Natal** configurou-se como uma das metas prioritárias, quando ao assumir a gerência dos trabalhos desta Secretaria, o professor MOACYR DE GÕES intencionava retomar, em conjunto com todos os educadores, em articulação com os demais secretários municipais e vários outros segmentos da sociedade, o processo político educacional, no que concerne ao ensino-aprendizagem, à construção coletiva do currículo para a escola básica, atualização e aperfeiçoamento dos educadores, melhoria de infra-estrutura da rede física escolar e à gestão democrática da escola pública, no contexto histórico em que vivemos.

O que era uma proposta começou a concretizar-se a partir de uma radiografia feita pelos educadores das 43 escolas da rede municipal de ensino através de questionários aplicados por uma equipe desta Secretaria, cujas respostas revelam as falhas existentes no sistema educacional e o

interesse em apresentar propostas concretas para reverter o quadro caótico da educação básica no município de Natal.

A política educacional ora definida por todos que dela participaram demandou estudos e discussões efetuados em encontros e seminários, dos quais foram abstraídos direcionamentos político e teórico-prático refletidos nos princípios e diretrizes contidos neste documento.

Acreditamos que a interiorização / ação dessa postura político-educacional tem implicações institucionais, econômicas, sociais e de caráter especificamente pedagógicas. Significa que a sua transformação em **ato** exige de todos e de cada um a tomada de consciência das contradições do tempo presente e o real compromisso com a democratização da educação. O processo educativo, em favor dos interesses coletivos, passará a assumir um caráter de organicidade e, desse modo, tenderá historicamente para a superação dos limites de uma ação eminentemente individual em prol dos interesses da maioria, principalmente

dos trabalhadores, possibilitando a formação de pensamento coletivo que avança na busca do vir-a-ser e da transformação social.

Natal(RN), dezembro de 1989.

Maria do Rosário da Silva Cabral
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Educação no contexto da Sociedade brasileira.

Vivemos numa sociedade cuja história está marcada por profundas contradições, principalmente, no que se refere à produção e à apropriação dos bens materiais e culturais. Essas contradições vem se agravando nas últimas décadas e se manifestam em todos os setores da vida social. É uma sociedade de classes sociais antagônicas, cujos interesses são bem delimitados pelo elevado nível de acumulação, concentração e centralização de riquezas nas mãos de poucos, enquanto à maioria da população não é permitido o acesso não só à renda, mas também ao saber científico, à tecnologia, à cultura e à arte. Assim sendo, a forma de relação econômica e social, existente, é extremamente contraditória, porque essa mesma população que não se apropria da renda, da produção do saber científico, da tecnologia e da cultura é a que produz a riqueza deste país. Mesmo que a Nova Carta Constitucional reafirme ser a educação escolar "um direito de to-

dos e dever do Estado", na prática, o acesso à escolarização, por parte da maioria da população, tem-se revelado insuficiente, não só devido a escassez de vagas, mas também às condições sócio-econômicas.

O Brasil classificado economicamente como a 8ª potência mundial, contraditoriamente, não conseguiu, até hoje, oferecer a educação básica obrigatória a todos os cidadãos, haja vista existirem cerca de 30% de crianças e adolescentes, na faixa etária de 7 a 14 anos, fora da escola e apresentando-se em 77º lugar na área educacional em relação ao curso de 2º grau completo.

Vale ressaltar que o descompasso entre a função social da escola pública e o seu fazer pedagógico acarreta o fracasso daqueles que a frequentam. Esse fracasso é evidenciado não só por que os que têm acesso à escola não conseguem terminar sequer o 1º grau, mas também os que conseguem concluí-lo não estão devidamente instrumentalizados para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea. Desse modo, podemos afirmar que a crise do sistema de ensino brasileiro vem se agravando, principalmente nas três últimas décadas, transformando-se num círculo vicioso reprodutor de uma medio-

cidade quase generalizada, constatada nos meios escolares em todos os níveis. Tal situação se agrava pelas repercussões, no interior da escola, das mazelas geradas nos âmbitos da economia e da política e que provocam efeitos danosos ao processo de desenvolvimento do país e a todos os segmentos da sociedade.

Concretamente, a problemática da educação está intimamente ligada à política econômica e social vigente no país, que discrimina interesses de classes e de grupos. Em consequência a política educacional reflete, de um lado, objetivos econômicos de acumulação e de crescimento e, de outro lado, um déficit no que se refere ao atendimento das necessidades básicas da maioria da população. Nessa forma de relação predominam os privilégios dos que se beneficiam da exploração e da discriminação das classes e grupos sociais subalternos, ou seja, os excluídos desses direitos fundamentais.

1.2. A Educação Escolar no Contexto Municipal

No município de Natal, como em todo resto do país, se evidencia uma educação escolar

deficiente, o que é comprovado estatisticamente. No ano de 1988 registrou-se uma população escolarizável de 95.782, na faixa etária de 7 a 14 anos, e uma matrícula nas oito séries do 1º grau - na mesma faixa etária - de 84.340 alunos, correspondendo a um déficit de atendimento de 11,94%. Nesse mesmo ano a matrícula de 7 a 14 anos, da rede municipal, foi de 14.586 alunos, demonstrando um atendimento da ordem de 17,3%.

Merece destacar que a oferta de escolarização no 1º grau excede a população na faixa etária estabelecida para esse nível de ensino, atingindo um total de 34.128 alunos com menos de 7 anos e mais de 14 anos de idade. Significa que ao lado do déficit na escolarização obrigatória, coexiste o problema da distorção idade/série que, na rede municipal de ensino, é acentuado em todas as séries do 1º grau, equivalendo a 60% na 1ª série e a 90% nas últimas séries.

A repetência escolar tem atingido, no ensino municipal, índices bem elevados, sobretudo na 1ª série (33%) e na 5ª série (40%), ocorrendo fato semelhante com a evasão escolar. No ano de 1988, por exemplo, registrou-se nas oito séries do 1º grau 17,8% de evasão e 30,2% de repetência escolar.

O déficit acumulado, em decorrência do não-atendimento à população, quando na idade própria, é agravado pelas altas taxas de repetência (1985 - 27%; 1986 - 29,8%; 1987 - 32,5%) que reduz a oferta de matrículas de alunos novos.

A rede escolar municipal não cresceu adequada e suficientemente para atender a demanda potencial existente. No período de 1985/88, seis prédios tiveram suas obras iniciadas, dois funcionaram em 1988; três em 1989 e um há previsão de funcionamento em 1990.

Os prédios escolares, em sua maioria, encontram-se em precário estado de conservação ou apresentam estrutura incompatível com os padrões estabelecidos para funcionamento de uma escola. Dessa forma, 48,7% dos prédios necessitam de reparos urgentes, grande parte das escolas reivindicam ampliações para atender a demanda e seis estabelecimentos funcionam em prédios cedidos ou alugados.

Apesar da participação do município configurar-se pouco representativa diante da obrigatoriedade legal que lhe é atribuída para o ensino de 1º grau, a decisão política da administração atual em aumentar a oferta de espaços educativos pri

oriza a construção de prédios para as escolas que funcionam em edificações que não são de propriedade do município, dando, assim, uma maior dignidade ao atendimento, hoje oferecido, e proporcionando mais vagas, tendo em vista o acréscimo do número de salas de aula, viabilizado por estas novas construções.

É importante lembrar que a deficiência da educação escolar, no município, não é devido somente à precariedade de espaços físicos mas também à maneira como os conteúdos são ministrados e os procedimentos de ensino e de avaliação são utilizados, pois estes têm reforçado uma visão de homem e de mundo desvinculada da realidade do aluno, acarretando desinteresse e desmotivação, dada a falta de significatividade e de relação com sua vida concreta.

Diante desse quadro, a definição de uma política educacional para o município de Natal pressupõe um redirecionamento sócio-político-cultural para a escola básica. Essa política tem por base os princípios de escola pública obrigatória, gratuita, laica, democrática e de boa qualidade, que reflitam formas de relações do tempo presente e apontem para a tendência do movimento de transformação social.

1.3. CONCEPÇÕES

A política de educação para o município de Natal no período 89/92 está voltada para a formação do cidadão num contexto econômico, político e sócio-cultural, cuja realidade corresponde às características do capitalismo, nesta fase histórica. Daí porque, todos os que fazem a educação do município, empreenderam esforços na busca de possíveis pontos de convergência para que o processo educativo escolar seja de fato vivo, isto é, reflita, no cotidiano da sala de aula, as concepções a seguir:

Educação - fenômeno histórico cultural mediado pelas contradições e formas de relações estabelecidas pelos homens na produção material de sua existência e de sua consciência individual e coletiva;

Homem - ser histórico, capaz de criar e recriar os bens materiais e espirituais, assim como de intervir no mundo que o cerca por meio de seu pensamento e das suas ações.

Cultura - modo de realização da atividade humana no processo de construção de sua vida e da coletividade, isso implica na reflexão-ação sobre o mundo real-concreto, na descoberta de si mesmo e na criação de novas alternativas de convivência social;

Escola - espaço institucional cuja função social consiste na produção e apropriação coletivas do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade;

Currículo - fenômeno concreto vivo que propicia o entrelaçamento **do eu individual com o eu social**, que permite o desvelamento do real na busca da construção do pensamento, da consciência coletiva e da cidadania. O currículo deve alicear-se:

- . no cotidiano, no sentido de exprimir, na sala de aula, a efetiva intencionalidade da proposta educativa do ponto de vista do ensinar e do aprender;
- . na historicidade dos homens, a qual deve explicitar as verdadeiras raízes dos problemas contemporâneos

mo a fome, a mortalidade infantil, as epidemias, o analfabetismo, a poluição, assim como os avanços científicos e tecnológicos;

- . na ciência e na cultura de modo que o estudante se aproprie do saber acumulado historicamente, recriando-o e recolocando-o em favor dos interesses coletivos, principalmente dos segmentos subalternos e da classe trabalhadora que na nossa realidade representam a maioria da população.

2. DIRETRIZES

A Política Educacional do Município, com vigência de 1989/1992, de conformidade com os princípios teóricos que a norteiam e com o pensamento da comunidade educacional, emanado de um processo participativo terá as seguintes diretrizes:

- 1 - Ampliação das oportunidades de acesso e retorno à escola básica, especialmente, mediante:
 - . a expansão, o reordenamento e a recuperação da rede física, com base em criterioso planejamento.
 - . o provimento de mobiliário, equipamento, material escolar e recursos humanos para o efetivo funcionamento da rede de ensino.
- 2 - Expansão das oportunidades de acesso à Educação Pré-Escolar, nas áreas de maior concentração demográfica, com prioridade para a faixa de 4 a 6 anos.
- 3 - Ampliação gradativa do tempo de permanência produtiva do aluno na escola, com o objetivo de

atingir cinco horas diárias de atividades.

- 4 - Construção coletiva do currículo para a Prê-Escola e o ensino básico, alicerçado na apropriação do conhecimento e de um conjunto de habilidades intelectuais e instrumentais que permitam ao aluno não somente efetuar a leitura da palavra, do texto, operar com números, mas tornar-se capaz de ler a realidade social.
- 5 - Desenvolvimento de uma proposta de alfabetização que considere os usos sociais e funções da leitura e da escrita no contexto cultural da criança, dos jovens e adultos.
- 6 - Implementação da política de incentivo e valorização à carreira do magistério, ressaltando-se a necessidade de aquisição de competência técnica por parte dos profissionais que atuam no campo da educação formal, direta e indiretamente.
- 7 - Produção e seleção de textos e material de ensino e aprendizagem a partir de objetivos e necessidades definidos no currículo, compatíveis

com a realidade sócio-cultural do aluno.

- 8 - Organização da ação técnico-pedagógica, direcionada para a orientação e controle da qualidade do produto educacional, embasada nos resultados de estudos e pesquisas.
- 9 - Redefinição do atendimento do 1º grau do turno noturno, considerando as características da clientela, o currículo e a significatividade social dos conteúdos ministrados.
- 10- Articulação com outras instituições públicas e privadas, no sentido de desenvolver ações conjuntas voltadas para o investimento direto na Educação Básica e Prê-Escolar.
- 11- Redefinição das práticas de Educação Física, Recreação e Arte-Educação na Prê-Escola e no Ensino Básico.
- 12- Garantia de merenda escolar, livro e material didático para todas as crianças que frequentam a escola pública municipal.

- 13- Ampliação dos espaços de participação com a co-responsabilidade na construção, gestão e avaliação da política educacional, por todos quantos compõem o sistema.
- 14- Garantia de eleições diretas para diretores e Conselhos de Escola e aperfeiçoamento do processo de gestão colegiada na Rede de Ensino Municipal.
- 15- Descentralização e aperfeiçoamento do Planejamento e Administração, ampliando os níveis de participação na gerência do processo educacional, desburocratizando e agilizando os procedimentos pertinentes.
- 16- Implementação de experiências de iniciação ao trabalho com a clientela atendida em escolas da rede municipal, possibilitando a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades instrumentais que favoreçam a sua inserção no mercado de trabalho.

A execução dessas diretrizes implica na elaboração de planos operativos anuais que serão avaliados no processo pela SME e demais segmentos da sociedade, articulados com a construção desta política educacional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A postura político-educacional e as diretrizes constantes neste documento exprimem não apenas uma luta política mas também teórico-prática, pois é no confronto de idéias e no próprio processo de luta por uma sociedade humana que os homens constroem a cidadania.

O grande desafio que se coloca para os educadores, na virada deste século, é o engajamento, cada vez mais crescente, na luta pela democratização da educação. Porém, é preciso admitir que essa não é uma luta específica da escola básica, ela passa pelo movimento mais amplo da sociedade civil. Essa luta reafirma a necessidade da escola pública - gerida pelo Estado - e a ampliação da oferta de vagas, especialmente, para aquele nível que apresenta maior déficit de escolaridade. Reafirma, ainda, o compromisso com a melhoria da qualidade do ensino e com a alocação de verbas para a escola pública, além do controle da distribuição e da aplicação das mesmas.

No momento presente, quando, num esforço conjunto, Secretaria Municipal de Educação, Es

colas e Comunidade, propõem-se a definir uma política de educação para o município de Natal, é fundamental que se tenha consciência do tipo de escola, do tipo de formação, do tipo de currículo a ser superado. É necessário, portanto, que se dê um direcionamento sócio-político-cultural à escola básica, que se assegure a competência técnica dos profissionais da educação e que se crie formas de relações sociais verdadeiramente democráticas. São assim, podemos implementar, de fato, uma política educacional.

